



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 13ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE-MG

Às 7h20min do dia 11 de junho de 2010, o Excelentíssimo Sr. **Dr. Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello**, Desembargador Auxiliar da Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, deu início à Correição Ordinária na 13ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Avenida Augusto de Lima, nº 1.234 – 16º andar, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pela MM. Juíza do Trabalho Titular, **Dra. Olívia Figueiredo Pinto Coelho**, pela MM. Juíza do Trabalho Substituta, **Dra. Fabiana Alves Marra**, pela Diretora de Secretaria, Sra. Daniela Leite Rocha, pelos servidores Ana Cristina Câncio da Cruz, Dorotéa de Oliveira Malard, Eduardo Cioglia, José Afrânio Barreto (Assessoria de Apoio à 1ª Instância), Júlia Tavares de Oliveira, Marcelo Bruzinga Pinheiro, Nilceny Nery de Santana Murce, Péricles Felipe (**servidor mais antigo do TRT lotado na Vara – desde 07/07/1986**), Tatiana Penna de Oliveira, Vera Lúcia Pereira Cardoso, Lorença Milagres La Pedraja Cândido (estagiária), Luciana Martins de Oliveira (FENEIS) e Rafael José Costa Novais (FENEIS – Assessoria de Apoio à 1ª Instância). Registra-se que a MM. Juíza do Trabalho Titular se encontra substituindo no TRT. Ausentes os servidores Atilano Capella Mercier e Rosemary Moreira Rios em licença médica.

Iniciada a correição, no horário acima registrado, o Desembargador Auxiliar da Corregedoria examinou:

I) REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA:

a) PROTOCOLO DE RECLAMATÓRIAS – Do mencionado protocolo, constam os registros de 841 (oitocentos e quarenta e um) processos até a presente data, média de 8,6 (oito vírgula seis) processos por dia útil, tendo sido observado um aumento da ordem de 38,26% (trinta e oito vírgula vinte e seis por cento) no número de reclamações distribuídas diariamente em comparação com a média apurada na correição do ano de 2009.

b) PAUTA – Os processos já incluídos em pauta estão com audiências designadas, conforme abaixo discriminado, segundo dados extraídos do mapa de horários para audiência do sistema da secretaria do dia 11/06/2010:

a) rito sumaríssimo: 22/06/2010;

b) rito ordinário: 06/07/2010;

c) prosseguimento da instrução: 02/12/2010.

c) CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 149 (cento e quarenta e nove) cartas precatórias, das quais 96 (noventa e seis) foram devolvidas, até a presente data, neste exercício.

d) CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 115 (cento e quinze) cartas precatórias neste exercício, dentre as quais 54 (cinquenta e quatro) foram devolvidas pelos Juízos Deprecados.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

e) REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 270 (duzentos e setenta) autos de processos na instância superior, sendo que 150 (cento e cinquenta) foram enviados até esta data, no presente exercício.

f) CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 14 (quatorze) autos de processos com carga, todos dentro do prazo legal.

g) CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 89 (oitenta e nove) autos de processos com carga, das quais 20 (vinte) vencidas e cobradas.

h) CARGA PARA PERITOS – Constam 30 (trinta) autos de processos com carga, das quais 8 (oito) vencidas cobradas.

i) MANDADOS EXPEDIDOS – Foram apurados 856 (oitocentos e cinquenta e seis) mandados expedidos no ano em curso, até a presente data, sendo que 107 (cento e sete) aguardam cumprimento, 2 (dois) com o prazo vencido. Examinados os autos do processo 01091/08 constatou-se ser o mandado 00258/10 de penhora na boca do caixa e nos autos do processo 00807/08, observou-se que o mandado 00699/10 teve o prazo prorrogado pela DSMJ, conforme § 1º do artigo 8º do Provimento 03/96, deste Regional.

j) REMESSA AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 29 (vinte e nove) autos de processos com carga para o setor de cálculos, com estrita observância do prazo legal.

k) PROCESSOS EM EXECUÇÃO – Existem 925 (novecentos e vinte e cinco) processos em execução, dos quais 755 (setecentos e cinquenta e cinco) do Quadro I, item 23 (em andamento), 170 (cento e setenta) processos do Quadro I, item 24 (arquivados provisoriamente) e nenhum do Quadro XII, item 5 (execução previdenciária). Dados extraídos do Boletim Estatístico da Vara do mês de maio.

Constatou-se que a 13ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte se encontra com número de processos em fase de execução acima da média apurada pelo Setor de Estatística da Corregedoria para as Varas do Trabalho de semelhante movimento processual no ano de 2009, sendo a média apurada 863 (oitocentos e sessenta e três) processos.

I) PROCESSOS RECEBIDOS DAS JUSTIÇAS FEDERAL E ESTADUAL EM DECORRÊNCIA DA EMENDA 45 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA – De acordo com o levantamento realizado no Quadro II-C, do Boletim Estatístico da Vara, constatou-se que a 13ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, no decorrer do exercício de 2009, recebeu 10 (dez) ações envolvendo a nova competência da Justiça do Trabalho.

II) PROCESSOS EXAMINADOS - Foram examinados, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho, conforme discriminação a seguir:

1º) PROCESSOS EM PAUTA – Na pauta do dia 14/06/2010 havia 14 (quatorze) processos:

a) rito sumaríssimo: 3 (três) processos;

b) rito ordinário: 5 (cinco) processos;

c) instrução: 3 (três) processos;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

- d) consignação em pagamento:** 1 (um) processo
e) tentativa de conciliação na fase de execução: 2 (dois) processos.

Exame dos autos dos processos números 00802/10, 00804/10, 00807/10, 00684/10, 00436/10, 00712/10, 00713/10, 00715/10, 00789/09 e 01121/09 no tocante aos seguintes aspectos: 1) da petição inicial; 2) da autuação: a) cronologia dos atos; b) numeração das folhas; c) autuação de documentos grampeados em folhas; d) certificação da quantidade de documentos colados em folhas; e) inutilização do verso em branco das folhas e encerramento e abertura de volumes; 3) dos atos: a) termos de juntada e certidões (artigos 161, 168, 169, parágrafo único, e 171 do CPC); 4) prazos: a) de designação das audiências do rito sumaríssimo; b) dos atos da secretaria; c) dos atos do (a) Meritíssimo (a) Juiz (a) (sentenças e despachos).

RESULTADO: examinados os autos, observou-se que, exceto nos processos 01121/09 e 00789/09 a papeleta de distribuição não foi colada na primeira contracapa, conforme recomendado pelo Ministro Corregedor-Geral (Ofício Circular 09/2008).

2º) CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – Exame dos autos dos processos 90121/10, 90129/10, 90141/10, 90134/10, 90139/10, 90072/10, 90101/10, 90094/10, 90035/10, 90141/10 e 90089/10 quanto aos registros da tramitação na capa do processo; quanto à regularidade do despacho “cumpra-se” e quanto à expedição dos mandados (Provimento 03/2001/TRT); no que se refere aos prazos de expedição; ao cumprimento e devolução de mandados; à regularidade do cumprimento das cartas precatórias; e à regularidade na numeração, conforme artigo 15, § 1º, do Provimento 01/2008 do TRT.

RESULTADO: examinados os processos, o resultado é o que segue, destacadamente:

- 90101/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela secretaria (impulso oficial), f. 04 (mais de 20 dias);

3º) CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – Examinaram-se os autos dos processos 00105/10, 00114/10, 00827/09, 00665/09, 00480/10, 00702/10, 01012/08, 00970/09, 00391/09 e 01733/09.

Foram analisados os itens relativos ao acompanhamento do cumprimento das cartas precatórias; ao depoimento das partes antes da expedição da carta precatória inquiritória; quanto à autuação, no que se refere à remessa de ofício à Corregedoria quando não prestadas informações pela Vara deprecada, e finalmente, quanto à baixa da devolução no sistema.

RESULTADO: verificados os autos, o resultado é o que segue, destacadamente:

- 01733/09, 00480/10, 00114/10, 00105/10, 00665/09 e 00827/09: ausência de depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho).

- 00970/09 - excesso de prazo na prática de ato processual pela secretaria (impulso oficial) - f. 48 (mais de 60 dias);



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

4º) PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Foram examinados os autos dos processos 01091/08, 00807/08, 00236/09, 01694/09, 01548/08, 01673/09, 01369/09, 00757/09, 00461/09 e 00783/09, no que tange ao registro no sistema informatizado de atos processuais relevantes (ex: liquidação de sentença, oposição de embargos e data de conclusão ao Juiz (a) para decisão); ao cumprimento da sentença ou acordo; à imediata liberação do depósito recursal em favor do credor, após a liquidação de sentença; à regularidade dos atos e prazos processuais na execução; ao exaurimento das iniciativas do Juízo objetivando tornar frutífera a execução, através da utilização de todas as ferramentas e convênios disponíveis (BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD) na busca de bens passíveis de penhora; se foi ordenada pelo Juiz a citação do sócio em caso de descon sideração da personalidade jurídica da empresa executada; regularidade da expedição, cumprimento e devolução dos mandados; regularidade dos atos de penhora e praça; manifestação da Procuradoria-Geral Federal (INSS) quanto às contribuições previdenciárias (artigo 879, § 3º, da CLT) e o seu respectivo recolhimento; cumprimento do Provimento 04/2001/TRT.

RESULTADO: examinados os autos, o resultado é o que segue destacamente:

- 00783/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela secretaria (impulso oficial) – f. 43 (mais de 30 dias), f. 60 (mais de 60 dias);

- 00461/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela secretaria (impulso oficial) – f. 39 (mais de 30 dias);

- 00757/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela secretaria (impulso oficial) – f. 27 (mais de 30 dias);

- 01369/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela secretaria (impulso oficial) – f. 29 (mais de 90 dias);

- 01673/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela secretaria (impulso oficial) – f. 25, v. (mais de 45 dias);

5º) PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Examinados os autos dos processos 01569/09, 01479/08, 00051/08, 00052/09, 00580/09, 01507/09, 01127/09, 01264/08, 00154/09 e 00117/10.

Verificados os itens relativos ao motivo do adiamento e ao cumprimento do disposto no artigo 265, IV, *a*, e § 5º, do CPC, e § 7º, do artigo 852-H, da CLT. Constatou-se existir 12 (doze) processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos no conhecimento sem audiência marcada.

RESULTADO: nos autos dos processos 01569/09 e 01127/09 constatou-se a ausência de depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho).

Recomenda-se à Secretaria que realize um controle rigoroso, no que diz respeito aos processos adiados *sine die*, mantendo-os sob constante vigilância, fazendo-os conclusos ao (a)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

MM. Juiz (a) a cada trinta dias, ou outro prazo razoável a critério do douto Juízo.

6º) PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO - Examinados os autos dos processos 01303/09, 01726/09, 00682/10, 00987/09, 00673/10, 00642/10, 00486/10, 01242/10, 01189/09 e 00737/09.

Foi inspecionado o cumprimento dos comandos do disposto no artigo 832, §§ 3º e 4º da CLT e a existência de documentos grampeados na contracapa do processo (CTPS, TRCT, CD/SD, etc).

- 00682/10, 00673/10, 00642/10, 00486/10: a papeleta de distribuição não foi colada na primeira contracapa, conforme recomendado pelo Ministro Corregedor-Geral (Ofício Circular 09/2008).

7º) INQUÉRITO JUDICIAL – A Sra. Diretora de Secretaria informou que não há inquérito em tramitação na 13ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte.

8º) PROCESSOS JULGADOS - Examinados os autos dos processos 00379/10, 01653/09, 01413/09, 00698/10, 00559/10, 01503/09, 01418/09, 01580/09, 00619/10 e 00360/10.

Foram objeto de verificação os procedimentos relativos à regularidade da autuação, dos termos, das certidões e dos demais atos da Secretaria; ao cumprimento dos prazos para atos do (a) MM. Juiz (a) (despachos e decisões) e da Secretaria (termos de juntada, certidões, conclusão e registro de carga para o (a) MM. Juiz (a); à correta numeração de folhas, intimação para contrarrazões); à sentença líquida nos processos de rito sumaríssimo; ao exame do juízo de admissibilidade dos recursos interpostos.

- 00379/10: audiência inicial em processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 (quinze) dias (24 dias);

- 00360/10: audiência inicial em processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 (quinze) dias (26 dias).

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria a boa prática da colagem dos comprovantes de entrega postal no verso das notificações iniciais.

Recomenda-se ao (a) MM. Juiz (a) que, **na medida do possível**, lavrem-se sentenças líquidas, nas causas submetidas ao rito sumaríssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução, a fim que se obtenha intensa celeridade e maior efetividade ao processo do trabalho.

9º) PROCESSOS ARQUIVADOS – Examinados os autos dos processos 00257/10, 00418/10, 00244/10, 00359/10, 00589/10, 00616/10, 00633/10, 00516/10, 01573/09 e 00449/10.

Verificaram-se os procedimentos relativos ao regular cumprimento dos acordos e das sentenças; ao recolhimento de todos os encargos devidos; à regularidade do despacho de arquivamento; aos documentos grampeados na contracapa e, no caso de arquivamento



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

provisório, se o ato é precedido de certidão da (o) Diretor (a) de secretaria atestando que não há depósito judicial ou recursal e que foram esgotados e infrutíferos os meios de coerção do devedor.

RESULTADO: verificados os autos, o resultado é o que segue, destacadamente:

- 00257/10, 00359/10, 00589/10, 00616/10, 00633/10 e 00516/10: a papeleta de distribuição não foi colada na primeira contracapa, em descumprimento ao recomendado pelo Ministro Corregedor-Geral (Ofício Circular 09/2008);

10º) PRECATÓRIOS – Foi informado pela Sra. Diretora de Secretaria que há o processo 00133/2007 com precatório expedido na 13ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, no ano em curso.

III) PRAZOS MÉDIOS DA PAUTA DO DIA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA - Apurou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria o seguinte prazo para realização de audiências, conforme média extraída dos processos constantes da pauta do dia 14/06/2010:

- a) **rito sumaríssimo:** 10 (dez) dias;
- b) **rito ordinário:** 37 (trinta e sete) dias;
- c) **prosseguimento da instrução:** 227 (duzentos e vinte e sete) dias.

Para audiências futuras, com base no quadro respectivo do sistema informatizado, no dia 11/06/2010, o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria apurou a seguinte disponibilidade de pauta:

- a) **rito sumaríssimo:** 11 (onze) dias (22/06/2010);
- b) **rito ordinário:** 25 (vinte e cinco) dias (06/07/2010);
- c) **prosseguimento da instrução:** 174 (cento e setenta e quatro) dias (02/12/2010).

CORREIÇÃO DE 2009: Na correição realizada no dia 21/05/2009, em relação à pauta daquele dia, os prazos médios foram:

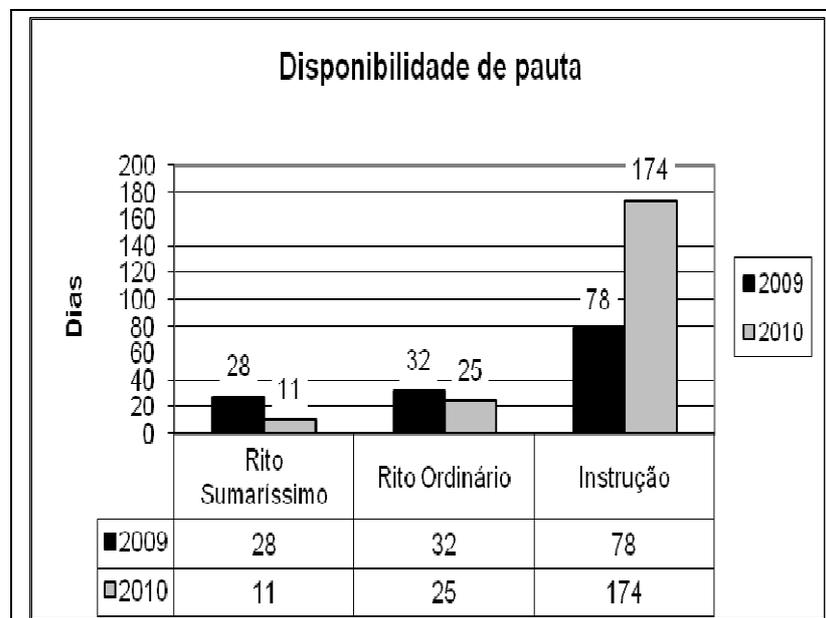
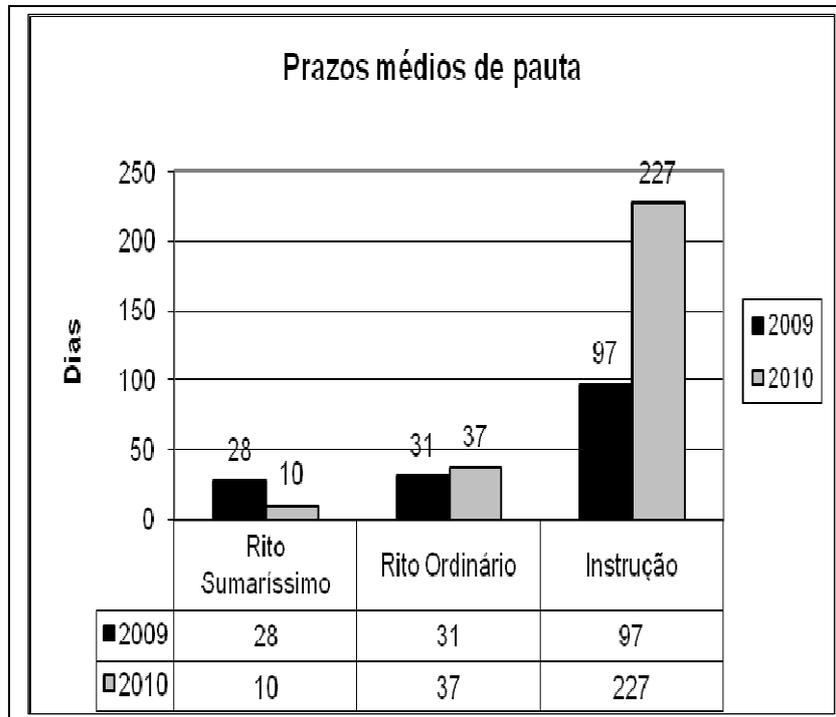
- a) **rito sumaríssimo:** 28 (vinte e oito) dias;
- b) **rito ordinário:** 31 (trinta e um) dias;
- c) **prosseguimento da instrução:** 97 (noventa e sete) dias.

A disponibilidade de pauta foi de:

- a) **rito sumaríssimo:** 28 (vinte e oito) dias;
- b) **rito ordinário:** 32 (trinta e dois) dias;
- c) **prosseguimento da instrução:** 78 (setenta e oito) dias.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**



No exercício de 2009, apurou-se que, em 225 dias de expediente forense (segunda a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

- a) **sentenças de conhecimento:** 545 (quinhentos e quarenta e cinco), média de 2,42 (dois vírgula quarenta e dois) por dia;
- b) **decisões decorrentes da interposição de embargos de declaração:** 271 (duzentos e



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

setenta e um), média de 1,20 (um vírgula vinte) por dia;

c) **decisões de embargos à execução:** 85 (oitenta e cinco), média de 0,38 (zero vírgula trinta e oito) por dia;

d) **total:** 901 (novecentos e um) processos conclusos para decisão no período, média total de 4 (quatro) por dia de expediente forense.

	Ano/2009	Média/dia
Sentenças de conhecimento	545	2,42
Decisões decorrentes da interposição de embargos de declaração	271	1,20
Decisões de embargos à execução	85	0,38
Total	901	4

IV) AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – O MM. Juízo da 13ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, no decorrer do mês de maio de 2010, que teve 21 (vinte e um) dias úteis realizou:

a) **audiências de rito sumaríssimo:** 138 (cento e trinta e oito), média de 6,57 (seis vírgula cinquenta e sete) por dia;

b) **audiências de procedimento comum:** 110 (cento e dez), média de 5,24 (cinco vírgula vinte e quatro) por dia;

c) **audiências de tentativa de conciliação:** 23 (vinte e três), com média de 1,1 (um vírgula um) por dia;

d) **audiências de instrução:** 77 (sessenta e sete) média de média de 3,67 (três vírgula sessenta e sete) por dia;

e) **total de audiências:** 348 (trezentos e quarenta e oito) audiências, média de 16,57 (dezesseis vírgula cinquenta e sete) por dia.

Audiências/mês maio	Número audiências/mês	Média/dia
Rito sumaríssimo	138	6,57
Procedimento comum	110	5,24
Tentativa conciliação	23	1,1
Instrução	77	3,67
Total	348	16,57

No mês de maio de 2010, segundo dados estatísticos da Vara, foram proferidas 56 (cinquenta e seis) sentenças de conhecimento, conforme apurado no relatório extraído do sistema informatizado (audiências do mês), 24 (vinte e quatro) sentenças decorrentes da interposição de embargos de declaração, conforme item 3 do Quadro II - B.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria que, na 13ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, as audiências são realizadas de segunda a sexta-feira, com início a partir das 08h40min. O intervalo entre as audiências é de 10 (dez) minutos para as de procedimento sumaríssimo, de 10 (dez) minutos para as de rito ordinário e de 15 (quinze)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

minutos para as instruções. São realizadas, em média, 17 (dezesete) audiências por dia.

De acordo com a Sra. Diretora de Secretaria na Vara do Trabalho são exarados, em média, 800 (oitocentos) despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO:

No caso específico da Vara do Trabalho objeto da presente correição, constatou-se estar designado auxílio fixo para o segundo semestre de 2010.

Recomendou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria que, quando dois Juízes estiverem atuando na Vara, seja observado o que dispõe o artigo 118-B da Consolidação Geral dos Provimientos do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, introduzido pelo Provimento 01/2010.

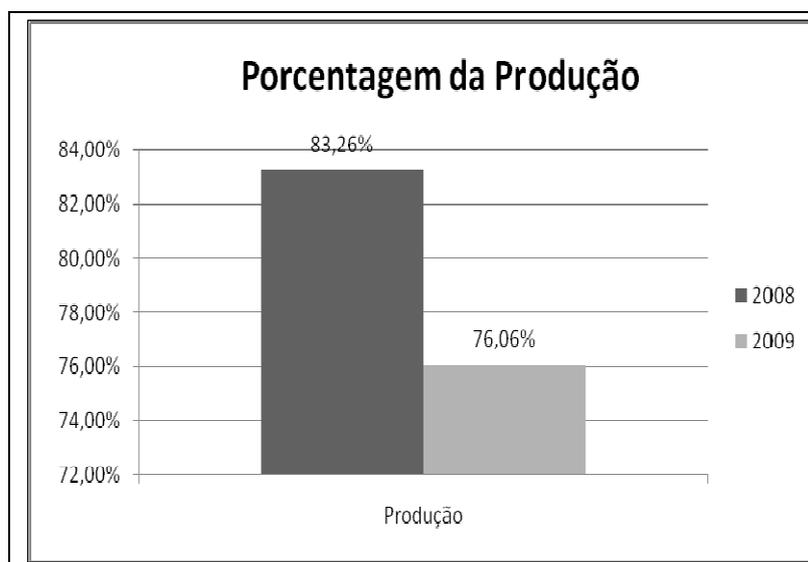
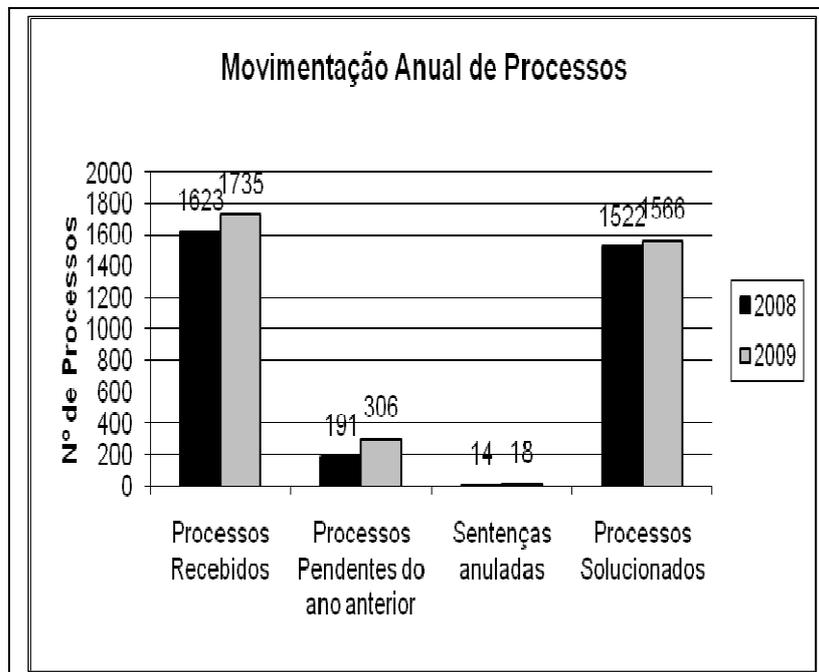
V) PRODUÇÃO - Do total de 1.735 (hum mil e setecentos e trinta e cinco) processos recebidos no exercício de 2009, com média de 7,71 (sete vírgula setenta e um) por dia útil, 306 (trezentos e seis) pendentes de 2008 e 18 (dezoito) sentenças anuladas, o MM. Juízo solucionou 1.566 (hum mil, quinhentos e sessenta e seis) processos, registrando uma produção de 76,06% (setenta e seis vírgula zero seis por cento), conforme dados extraídos dos Boletins Estatísticos.

Em relação aos índices apurados na correição do exercício de 2008, relativos ao total de processos recebidos, 1.623 (hum mil, seiscentos e vinte e três) processos, verificou-se ter havido um aumento da ordem de 6,90% (seis vírgula noventa por cento) no número de processos recebidos. Foram solucionados 1.522 (hum mil, quinhentos e vinte e dois) processos, 191 (cento e noventa e um) pendentes de 2007 e 14 (quatorze) sentenças anuladas, com uma produção de 83,26% (oitenta e três vírgula vinte e seis por cento), o que representou, em 2009, uma diminuição de 7,20% (sete vírgula vinte por cento) na produção.

Movimentação Anual de Processos		
	2008	2009
Processos Recebidos	1623	1735
Processos Pendentes do ano anterior	191	306
Sentenças anuladas	14	18
Processos Solucionados	1522	1566
Produção	83,26%	76,06%



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**



VI) ARRECADAÇÃO - Ao exame dos dados estatísticos da 13ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, referentes ao ano de 2009, acerca da arrecadação da Previdência Social e do recolhimento à Receita Federal, constatou o Excelentíssimo Sr. Desembargador Auxiliar da Corregedoria o registro dos seguintes valores:

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$4.811.194,35	R\$2.093.965,47

Nas Varas do Trabalho de Belo Horizonte ano de 2009, a média apurada pelo Setor de



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

Estatística da Corregedoria dos valores da Previdência Social importou em R\$2.469.710,21 e do Imposto de Renda em R\$1.957.597,50. Portanto, constata-se que a 13ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte está com os seus valores de contribuição previdenciária 94,80% (noventa e quatro vírgula oitenta por cento) acima da média e de com os valores de imposto de renda 6,96% (seis vírgula noventa e seis por cento) acima da média.

VII) PORTARIAS – De acordo com a Sra. Diretora de Secretaria se encontra em vigor na 13ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte a portaria 01/1999, que regulamenta a prática de atos ordinatórios.

VIII) BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD - Durante a correição, o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria constatou que o MM. Juízo emprega o BACENJUD, exceto nos processos de execução provisória, o INFOJUD e o RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora. Constatou, mais, que não havia ordens de bloqueio do BACENJUD pendentes na 13ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte.

IX) ATENDIMENTO AO PÚBLICO – Lastreada em acompanhamento por servidor da Corregedoria, e por amostragem, constatou-se que foram atendidas 9 (nove) pessoas no período de 9h00min às 9h30min, no dia 14/06/2010, de forma organizada, ágil e com excelente qualidade. O sistema de senha é utilizado.

X) DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria constatou, dentre outros aspectos, o ótimo atendimento às partes e aos advogados, a observância, na maioria das vezes, dos prazos processuais e a boa organização da secretaria da Vara.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria a boa prática da colagem dos comprovantes de entrega postal no verso das notificações iniciais.

XI) RECOMENDAÇÕES –

Recomenda o Desembargador Auxiliar da Corregedoria que seja (m):

a) emitido pronunciamento explícito sobre a admissibilidade de recursos ordinários e de agravos de petição, conforme já observado pela Secretaria da Vara nos processos examinados, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral;

b) observada a recomendação, contida na Ata de Correição Ordinária, realizada, em 13/11/09, pelo Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Dr. Carlos Alberto Reis de Paula, no sentido de que, em havendo Juiz Auxiliar, deverá ocorrer o acréscimo quantitativo em relação aos processos instruídos e julgados pelo (a) Juiz (a) Titular da Vara;

c) estimulada a realização de audiências semanais em processos na fase de execução, nos termos do artigo 77, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, não obstante a Vara já venha adotando tal procedimento;

d) cumprido o contido na Ata de Correição do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral, recomendando que “após a liquidação da sentença em que se apura crédito de valor



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

inequivocamente superior ao do depósito recursal, haja imediata liberação deste em favor do credor, determinada de ofício ou a requerimento do interessado, condicionada a comprovação do valor efetivamente recebido, em prazo assinado, ordenando-se a seguir o prosseguimento da execução apenas pela diferença”;

e) evitada a utilização do sistema BACENJUD, quando se tratar de execução provisória, conforme recomendação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

f) realizado pela Secretaria um controle rigoroso, no que diz respeito aos processos adiados *sine die*, mantendo-os sob constante vigilância, fazendo-os conclusos ao MM. Juiz a cada trinta dias, ou outro prazo razoável a critério do Douto Juízo;

g) a papeleta de distribuição colada na primeira contracapa, conforme recomendado pelo Ministro Corregedor-Geral (Ofício Circular 09/2008);

h) assinadas todas as vias dos autos de arrematação, dos alvarás e das autorizações, abstendo-se de apor o carimbo original assinado;

i) os despachos proferidos, quando do impulso oficial, no prazo de 2 (dois) dias, conforme artigo 189 do CPC.

j) colhido o depoimento pessoal das partes antes da expedição da carta precatória inquiritória, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho).

XII) METAS NACIONAIS PRIORITÁRIAS PARA O ANO DE 2010, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

A Portaria no. 18, de 24 de março de 2010, do Exmo. Desembargador Presidente, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, no dia 29 de março de 2010, designou o Desembargador Corregedor para atuar como Gestor das Ações e Metas das Nacionais Prioritárias n.ºs 1, 2, 3 e 7 do ano de 2010, quais sejam:

Meta Prioritária n. 1: Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal;

Meta Prioritária n. 2: Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007;

Meta Prioritária n. 3: Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31/12/2009);

Meta Prioritária n. 7: Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordos, subdivididos por competência.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

O Sr. Desembargador Auxiliar da Corregedoria, desde logo, e sem desprezar outras ações específicas que poderá adotar ao longo do ano, comunica ao (à) MM. Juiz (a) Titular e aos demais, auxiliares ou substitutos, que vierem a atuar perante esta Vara, bem como aos servidores, que cada um deles constitui um co-gestor das metas acima discriminadas, exortando-os, desde já, ao indispensável engajamento e comprometimento institucional, corpo e alma, vocação e dedicação, para que o TRT/3ª Região as cumpra integralmente, como ocorreu com as metas do ano de 2009, deixando-nos, todos nós, a Administração, os Desembargadores, os Juízes, e os servidores, felizes e realizados pelo cumprimento de nossa missão constitucional.

Para que esse nobre objetivo, bem mais alentado do que o anterior, inspiração elevada do Egrégio CNJ, seja novamente alcançado com pleno êxito, o Sr. Desembargador Auxiliar da Corregedoria recomenda que o (a) MM. Juiz (a) confeccione um cronograma, e informe à Corregedoria Regional, **mensalmente**, via ofício eletrônico, como ele se encontra e quais são as expectativas da Vara a respeito do cumprimento das referidas metas, praticando, dentro de sua esfera de competência, todos os atos necessários ao bom resultado, sugerindo, inclusive, se for o caso, a adoção de medidas que possam contribuir para o fiel e importante atingimento das metas nacionais pelo TRT/3ª Região, que, semelhantemente ao ano anterior, e há décadas e décadas sempre tem se destacado como um dos mais importantes Órgãos do Poder Judiciário do Brasil. O Corregedor salientou a importância das metas nacionais do CNJ, e em nome da Administração do TRT, dirigiu um pedido a todos para que mantenham, dia a dia, o foco nelas, dedicando-se intensamente ao seu efetivo cumprimento. Por fim, disse que, apenas com a completa e absoluta dedicação de todos esta “luta” institucional será vencida. Com a participação de todos, a vitória será certa, e continuaremos sendo grandes e respeitados.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria a tramitação dos processos abaixo indicados, ainda em fase de conhecimento e distribuídos até 31/12/07:

Processo	Distribuição	Andamento
00838/07	03/07/2007	Audiência de instrução dia 30/11/2010
01237/07	27/09/2007	Audiência de instrução dia 04/10/2010

Recomenda-se às MM. Juízas, bem como à Sra. Diretora de Secretaria o acompanhamento mensal dos processos 00838/07 e 01237/07 com ofício à Corregedoria, envidando todos os esforços para que a meta prioritária 02 seja atingida, julgando-se os mencionados feitos até dezembro de 2010.

No tocante às Metas Nacionais Prioritárias 1, 2 e 3 do Conselho Nacional de Justiça, todos os dados do TRT/3ª Região encontram-se no sítio do referido Conselho (www.cnj.jus.br), podendo ser acessado por qualquer cidadão.

XIII) CONTROLE DE GASTOS E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Atendendo à determinação do Excelentíssimo Desembargador Presidente do TRT/3ª Região, o Desembargador Auxiliar da Corregedoria, diante da necessidade de economia inserida nos objetivos da Administração, recomendou que a Vara do Trabalho continue empenhada na



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

manutenção do controle de seus gastos.

O TRT/3ª Região, em atendimento a Recomendação 11 do Conselho Nacional de Justiça, de 22 de maio de 2007, instituiu a Comissão Permanente de Gestão Ambiental para planejamento e adoção de medidas públicas voltadas para a formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, bem como a conscientização dos servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção do meio ambiente. Tendo em vista as medidas adotadas por este Tribunal visando à correta preservação e recuperação do meio ambiente, recomendo: a) realizar anualmente o Dia do Descarte, conforme Portaria 97/2008 do TRT/3ª Região em atendimento à recomendação do Ministro Corregedor da Justiça do Trabalho, encaminhando o relatório do descarte para a Comissão Permanente de Gestão Ambiental; b) formalizar a doação dos resíduos recicláveis junto às entidades, associações e/ou cooperativas que se responsabilizem pela utilização do material para a devida reciclagem; c) quando precisar imprimir um documento optar pela utilização da Ecofonte na sua digitação e utilizar, preferencialmente, a impressão em frente e verso. Para informações sobre a configuração da ecofonte e impressão em frente e verso, acessar o site Ambiente Legal; d) optar pelo contracheque virtual e imprimir o documento apenas quando for necessário; e) manter atualizado o controle de bens permanentes a fim de facilitar o inventário anual, conforme determinado no Ato Regulamentar 07, de 30 de outubro de 2008.

XIV) OBSERVAÇÕES FINAIS – O Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria estimou que a Secretaria da Vara mantenha e aprimore cada vez mais a boa qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento de sua missão institucional prevista na Constituição da República Federativa do Brasil.

Ressaltou, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo seio e interior precisam ser expostos para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

O Desembargador Auxiliar da Corregedoria, transmitiu e endossou os agradecimentos expressos pelo Excelentíssimo Ministro Gilmar Mendes, no 3º Encontro Nacional do Judiciário, organizado pelo CNJ, pelo engajamento dos Magistrados e dos Servidores, em especial desta 13ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, visando ao atingimento de todas as metas prioritárias propostas pelo CNJ.

Ressalva-se que a correição foi realizada observando-se os prazos processuais e a prática dos atos da secretaria, considerada, outrossim, a greve dos servidores iniciada em 05 de maio de 2010.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria não recebeu nenhuma reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pela Vara do Trabalho.

A seguir, encerraram-se seus trabalhos às 11h00min, do dia 14 de junho 2010, em sessão pública, antecedida de prego, do que, para constar, eu, **Simon Cameron Maroni Safe**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

Silveira _____, Assessor do Desembargador Auxiliar da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, observada a recomendação da Comissão de Gestão Ambiental, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria, pela MM. Juíza do Trabalho Titular, pela MM. Juíza do Trabalho Substituta e pela Diretora de Secretaria que deverá colher a assinatura dos servidores da Secretaria na cópia que ficará sob sua guarda. A equipe da Corregedoria, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria, além do Sr. Assessor acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca, José Múcio Antônio Lambertucci, Luigi Adriano Pereira de Souza.

Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello
Desembargador Auxiliar da Corregedoria do TRT/3ª Região

Olívia Figueiredo Pinto Coelho
Juíza do Trabalho Titular

Fabiana Alves Marra
Juíza do Trabalho Substituta

Daniela Leite Rocha
Diretora de Secretaria

Ana Cristina Câncio da Cruz, Dorotéa de Oliveira Malard, Eduardo Cioglia

José Afrânio Barreto, Júlia Tavares de Oliveira, Marcelo Bruzinga Pinheiro

Nilceney Nery de Santana Murce, Péricles Felipe, Rosemary Moreira Rios

Tatiana Penna de Oliveira, Vera Lúcia Pereira Cardoso

Lorença Milagres La Pedraja Cândido (estagiária)

Luciana Martins de Oliveira (FENEIS), Rafael José Costa Novais (FENEIS – Apoio)